



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar - fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

**ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CRIMINAL**  
**JUIZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRA**  
**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 317108-8**  
**APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**APELADO: ELI SANDRO RODRIGUES CAVALCANTE**  
**DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS**  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA: GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA**

**EMENTA: PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.** Lesão corporal grave (art. 129, § 1º, incisos I, do CP). Pedido de majoração da pena. Procedente. Sentença não observou a presença de circunstâncias judicial e legal desfavoráveis. Nova dosimetria penal, com aumento da pena. **APELO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **dar provimento** ao recurso, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 16-08-14

Leopoldo de Arruda Raposo  
Desembargador Relator



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CRIMINAL**  
**JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRA**  
**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 317108-8**  
**APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**APELADO: ELI SANDRO RODRIGUES CAVALCANTE**  
**DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS**  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA: GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação Criminal interposta pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO** contra a sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Pedra, que condenou ELI SANDRO RODRIGUES CAVALCANTE a 01 (um) ano de reclusão em regime semiaberto, pela prática do delito tipificado no art. 129, §2º, inciso II, do CP (lesão corporal grave).

A denúncia expõe que, no dia 18.02.2010, no Município de Pedra, o acusado, utilizando-se de arma de fogo, disparou contra Alielson de Lima Silva, de modo a atingi-lo no ombro direito.

Em suas razões (fls. 121/124), o Ministério Público insurge-se apenas contra a pena aplicada ao Réu, visto que o magistrado a quo não observou a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis no cálculo da pena-base. Requer, pois, a reforma da sentença a fim de majorar a pena.

Contrarrazões às fls. 126/128, pugnando pela manutenção integral da sentença.

Parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 140/143, pelo provimento da apelação.

É o relatório.

À Revisão.

Recife, 13 de novembro de 2013.

  
Leopoldo de Arruda Raposo  
Desembargador Relator



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CRIMINAL**  
**JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRA**  
**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 317108-8**  
**APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**APELADO: ELI SANDRO RODRIGUES CAVALCANTE**  
**DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS**  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA: GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA**

**VOTO**

Presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, passo à análise do mérito.

A materialidade delitiva encontra-se comprovada pelo exame traumatológico de fls. 26. A autoria do fato também está configurada, em face da prova testemunhal (fls. 80/83) e da própria confissão judicial do réu (fls. 91/92).

O Ministério Público pugna apenas pela reforma da dosimetria penal, uma vez que, no seu entender, a sentença não levou em consideração algumas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao Réu, como a culpabilidade, o motivo e a circunstância do crime.

De fato, razão assiste ao MP.

Isso porque da narrativa testemunhal e da vítima, esta foi pega de surpresa após descer de um ônibus, de sorte a dificultar sua defesa, situação não valorada na decisão. Além disso, o autor cometeu o crime por ciúmes de sua esposa, que recebeu ligação telefônica da vítima, o que, por si só, não caracteriza motivo fútil mas, dada a desproporcionalidade e a inadequação da reação do Réu, verifica-se a futilidade de sua conduta no contexto fático.

Dessa forma, deve ser reformada a dosimetria penal.

O réu **não possui antecedentes criminais**, de acordo com documento de fls. 53/54.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

A **culpabilidade** refere-se ao grau de censura da ação do Apelado e deve ser valorada de acordo com o nível de reprovação social da conduta, de modo a estar ligado também à intensidade do dolo. No caso dos autos, o Réu agiu com culpabilidade normal ao tipo penal.

A **conduta social** reflete o comportamento do agente no meio social, familiar e profissional, mas não há elementos nos autos capazes de analisá-la. De igual modo, a **personalidade do agente**, dada a ausência de elementos consistentes.

Os **motivos** do crime serão analisados na segunda fase da dosimetria, sob pena de incidência em *bis in idem*.

As **circunstâncias** do crime são desfavoráveis ao Réu, uma vez que disparou a arma de forma inesperada, após a vítima descer de um ônibus, de sorte a dificultar sua defesa.

**Conseqüências** próprias do delito de lesão corporal grave, conforme exame traumatológico (fls. 26).

O **comportamento da vítima** em nada contribuiu para o crime.

Assim, fixo a pena-base em 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão, em face da existência de circunstância judicial negativa. Na segunda fase, aumento a pena em 03 (três) meses, dada a presença da agravante do art. 61, inciso II, "a", do CP, de modo a **fixá-la definitivamente em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão em regime aberto** (art. 33, §2º, "c", do CP). Deixo de aplicar a suspensão condicional da pena, em virtude de o acusado não observar os requisitos do art. 77, inciso II, do CP.

Ante o exposto, voto no sentido de **dar provimento** à apelação, para modificar a pena na forma acima expendida.

Recife, 16 - 06 - 14

Leopoldo de Arruda Raposo  
 Desembargador Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



156

Apelação Criminal n.º 0317108-8 – Vara Única da Comarca de Pedra-PE

Apelante(s): Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Apelado(s): Eli Sandro Rodrigues Cavalcante  
Relator: Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo  
Revisor: Desembargador Roberto Ferreira Lins  
Revisor Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto  
Procurador: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

### VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de recurso de apelação interposto pelo Representante do Ministério Público contra sentença que condenou Eli Sandro Rodrigues Cavalcante pela prática do crime previsto no art. 129, §1º, II, do Código Penal, ao cumprimento de uma pena de 01 (um) ano de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto.

Alega o Representante do *Parquet*, em síntese, que a sentença deve ser reformada no sentido de agravar a pena-base equivocadamente fixada no mínimo legal, visto que, dentre as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, a culpabilidade, o motivo, as circunstâncias do crime e o comportamento da vítima, não podem ser tidos como favoráveis ao apelado.

Pois bem.

Sabe-se que o Juiz tem o poder discricionário para fixar a pena-base dentro dos limites legais, mas este poder não é arbitrário, porque o *caput* do art. 59 do Código Penal estabelece um rol de oito circunstâncias judiciais, que devem orientar a individualização da pena-base.

Assim, entendo que, apesar de o MM. Juiz ter adequadamente valorado parte das circunstâncias judiciais como favoráveis ao apelado, como os antecedentes, a culpabilidade, a personalidade, a conduta social, e as consequências do crime, não agiu com acerto na caracterização das circunstâncias em que o crime foi cometido.

Constando dos autos, pois, que a vítima foi alvejada por arma de fogo na região do ombro, sendo surpreendida repentinamente pelo apelado, entendo que as circunstâncias devem ser consideradas desfavoráveis ao apelado.

Quanto ao motivo do crime, entendo que devem ser considerados somente na segunda fase da dosimetria sob pena de *bis in idem*.

Assim, remanescendo como desfavorável ao apelante uma das oito circunstâncias judiciais, entendo que a pena-base deva ser majorada e fixada em 01(um) ano e 03 (três) meses de reclusão.

Na segunda fase da dosimetria, observo que, apesar de o MM. Juiz ter-se quedado inerte, deva ser aplicada a agravante prevista no art. 61, II, "a", do Código Penal, restando claro das provas colhidas que o crime foi cometido por ciúme pelo mero fato de a vítima ter supostamente efetuado uma ligação telefônica para a esposa do réu, de modo que a pena deve ser aumentada em 03



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



157

Apelação Criminal n.º 0317108-8 – Vara Única da Comarca de Pedra-PE

(três) meses, resultado, definitivamente, em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão, ante a ausência de causas de aumento ou diminuição a serem consideradas na terceira fase da dosimetria.

Ante o exposto, voto no sentido de dar provimento ao apelo para que a sentença seja reformada tão-somente quanto à pena imposta, que deve ser majorada para 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto, *ex vi* do art. 33, §2º, "c", do Código Penal.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto  
Revisor Convocado